



Panorama da Inclusão na Educação Infantil Brasileira

José Welton de Arruda Silva¹

Resumo: O processo de inclusão tem início no âmbito escolar quando a criança que apresenta algum tipo de deficiência ganha espaço e respeito neste meio. Direito de ser vista como alguém capaz que possui limitações, mas também, potencialidades. E nessa relação entre o acolher e o proporcionar oportunidades para ingresso e progressão aconteça numa constante interação e compartilhar de saberes. Assim sendo, este estudo justifica-se pela necessidade de debate da temática para uma efetiva inclusão na Educação Infantil atualmente. O referido trabalho traz como questão norteadora a indagação: de que forma acontece o processo de inclusão no contexto da Educação Infantil? Na busca de vivenciar o questionamento proposto destaca-se o objetivo geral: Compreender como acontece o processo de inclusão escolar com as crianças da Educação Infantil. Específicos; conhecer sobre o processo de inclusão no Brasil e analisar as propostas e projetos educativos destinados a garantia de direitos da pessoa deficiente, onde tem-se como metodologia a pesquisa bibliográfica embasada por autores como Martínez, Mantoan, Nascimento dentre outros. Os resultados, certamente embasarão políticas públicas mais alinhadas com uma inclusão mais efetiva, no Ensino Fundamental brasileiro.

Palavras-chave: Respeito às diferenças. Conhecimento. Inclusão. Cidadania.

Overview of Inclusion in Early Childhood Education in Brazil

Abstract: The inclusion process begins in the school environment when the child who has some type of disability gains space and respect in this environment. Right to be seen as someone capable who has limitations, but also potential. And in this relationship between welcoming and providing opportunities for entry and progression, there is a constant interaction and sharing of knowledge. Therefore, this study is justified by the need to debate the theme for an effective inclusion in Early Childhood Education today. This work brings as a guiding question the question: how does the process of inclusion in the context of Early Childhood Education happen? In the search to experience the proposed questioning, the general objective stands out: To understand how the process of school inclusion happens with children in Early Childhood Education. specific; know about the inclusion process in Brazil and analyze educational proposals and projects aimed at guaranteeing the rights of the disabled person, where the methodology is the bibliographic research based on authors such as Martínez, Mantoan, Nascimento, among others. The results will certainly provide a basis for public policies that are more aligned with more effective inclusion in Brazilian primary education.

Keywords: Respect for differences. Knowledge. Inclusion. Citizenship.

¹ Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu (ISESJT), Piauí, Brasil. professorletowelton@hotmail.com.

Introdução

A inclusão não pode ser vista apenas como uma palavra da moda, ela é uma necessidade como garantia de valorização e respeito ao ser humano, pois todos merecem respeito e precisam ser valorizados como cidadão que tem possibilidades de conviver, aprender e progredir quando bem orientados. Essa não é uma tarefa fácil, pois nem todos os profissionais da educação sentem-se preparados para a inclusão, não podem imaginar-se sendo professores de um aluno com deficiência, principalmente porque tiveram uma formação de exclusão: onde era ensinado que o “diferente” deveria estar sempre junto dos seus, para sentir-se bem e poder realizar atividades específicas dentro de suas limitações.

O processo de educação inclusiva mostrou que a criança com deficiência tem que ser tratada da forma mais normal possível. Igual aos demais no tratamento cotidiano, no cumprimento de normas e regras, nas responsabilidades e consequências de seus atos, sempre levando em conta as suas limitações, mas nunca as tratando como incapazes (Santos; Voltarelli; Santos, 2016).

É preciso que a inclusão seja trabalhada no espaço escolar buscando entender que o ser diferente é o que torna rica a convivência e a aprendizagem, onde todos são percebidos como pessoas capazes, com defeitos, qualidades e potencialidades. Porque a inclusão nada mais é do que ver a criança deficiente, não a partir de suas limitações, e sim a partir de suas potencialidades, pois é nessa oportunidade que se pode realizar um trabalho no qual o aluno é protagonista de muitas histórias de sucesso.

Sendo a Inclusão um processo importante, necessário e de eficácia comprovada para melhor desenvolver a socialização e aprendizagem, através do qual é mostrado que as crianças com alguma deficiência são pessoas capazes. A pergunta que norteia esta pesquisa é: como a inclusão acontece no contexto escolar da educação infantil?

Tendo como justificativa a necessidade de conhecer cada dia mais sobre o que é a inclusão e como esta acontece de fato no contexto escolar de forma a garantir aos educandos com deficiência um ambiente agradável, no qual eles se sintam bem, se socializem e tenham a possibilidade de aprender de acordo com suas limitações e possibilidades. Já como metodologia, este trabalho fará uso de uma pesquisa bibliográfica, onde foram estudados autores como: Martinez (2011), Nascimento (2009), Mantoan (2000), Mazzotta (2001), Vigotski (2010), entre outros os quais descrevem e explicam a temática sobre inclusão e

educação infantil. Para Gil (2002). Fará uso ainda de fontes como sites, revistas, livros e publicações acadêmicas que tratem da temática.

Para uma melhor organização deste estudo, o mesmo foi dividido em tópicos, sendo que o primeiro irá abordar “Escola e Sociedade: onde começa a Inclusão?; O segundo fará uma análise sobre bases legais para a inclusão do aluno com deficiência na educação no Brasil e o terceiro tópico tratará sobre a inclusão e o contexto escolar na educação infantil.

Escola e Sociedade: Onde começa a Inclusão?

Para compreender o conceito de educação inclusiva, é necessária uma síntese sobre o conteúdo para facilitar a compreensão das mudanças ocorridas na história, considerando que a sociedade e o processo educativo passaram por diferentes paradigmas: exclusão, isolamento, integração e inclusão, embora ainda existam excedentes na sociedade de hoje.

Na Idade Antiga, predominantemente, as crianças que nasciam com deficiência passavam por um processo de seleção natural, na medida em que as pessoas se adaptavam a estrutura organizacional da sociedade basicamente em função de sua capacidade física. As probabilidades de sobrevivência destas crianças eram mínimas: morriam precocemente ou eram sacrificadas.

Na Idade Média, o dilema caridade-castigo é estabelecido; as crianças com deficiência, como cristãos, possuem alma, portanto não podem ser sumariamente sacrificadas. Por outro lado, são passíveis de pecado e merecem castigo divino. Livram-se do abandono explícito e ganham cuidado em instituições. Para Simon (1991, p.14) trata-se de uma dupla proteção: “a sociedade protege-se das crianças que a embaraçam e protege também as crianças da sociedade e delas mesmas”. É o advento das formas de disciplinamento e punição dos comportamentos não aceitáveis; o nascimento da perspectiva assistencialista e caritativa.

A Idade Moderna, associada ao surgimento do capitalismo como modo de produção, irá testemunhar o nascimento do interesse da ciência, especificamente da Medicina, no referente à questão da pessoa com deficiência. Apesar de persistir a institucionalização existe a preocupação com a socialização e a educação. No entanto as deficiências eram, ainda, encaradas como patologias, tendo a área médica à supremacia no atendimento oferecido. O trabalho de Itard (2000) é pioneiro à medida que defende a possibilidade de educação para crianças com deficiência mental com a elaboração de um programa de ensino.

Sobrevieram décadas de institucionalização e isolamento social da pessoa com deficiência. Porém, os trabalhos de Itard e Seguin nos séculos XVIII e XIX, respectivamente e da Montessori, no século passado enfatizaram a possibilidade da educação da pessoa com deficiência (Martins, 2018). Trata-se de uma perspectiva clínico-médica que de um lado constrói um discurso científico sobre a questão da deficiência e propõe formas de reabilitação e, por outro, enfatiza fatores congênitos, constitucionais e perfis clínicos estáveis (Mantoan, 2006).

Foi somente no final da década de 1980 e início da década de 1990 que os movimentos sociais de luta pelos direitos humanos começaram a perceber que a integração social por si só não era suficiente para respeitar os direitos como pessoa, pois era preciso se adaptar à sociedade e preocupações que não faziam recomendações significava que eles poderiam efetivamente incorporá-lo e avaliar seu potencial.

Por isso, no Brasil, a partir da década de 1990 em diante, houve a preocupação com os princípios da inclusão social, trazendo validade no âmbito nacional em forma de legislação e documentos oficiais (nacionais e internacionais): Constituição Federal (Brasil, 1988), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Brasil, 1990), Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Brasil, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares (Brasil, 1998), Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), entre outros.

O artigo 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988) estipula que “todos são iguais perante a lei sem distinção”, garantindo que a igualdade é direito de todas as pessoas, independentemente de cor, raça, religião ou características de personalidade, levando em consideração a igualdade dos cidadãos, frente às suas diferenças. No artigo 205, entende que a educação é direito de todo cidadão e responsabilidade do país e da família. “[...]. Tem sido promovida e incentivada na cooperação da sociedade, visando o desenvolvimento integral das pessoas e pela sua preparação para o exercício dos direitos de cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Como no artigo 206, é enfatizado o princípio da igualdade de condições de admissão permanente.

Em 1994, a UNESCO organizou a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade” na Espanha e produziu a “Declaração de

Salamanca”, que é o documento básico para a difusão da educação inclusiva. Discriminar contra pessoas com necessidades especiais.

Para Sacristán (2002) a discussão em torno do direito à educação para toda a população está atrelada a expansão da escolaridade universal e obrigatória.

Cuja realização foi historicamente paralela a duas tradições do pensamento: o desenvolvimento da psicologia diferencial e infantil e a instalação do pensamento taylorista como modelo de organização industrial e empresarial. (p. 25)

Assim, é fundamental não somente saber que as pessoas com deficiência têm direito à educação é necessário também, a presença de profissionais que as oriente e ajude-as, pois, a educação inclusiva só acontece de fato quando os alunos com deficiência ou não dividem a mesma sala de aula e são tratados com a mesma qualidade. Esse não é um processo fácil, pois exige formação dos educadores, espaço físico adequado para bem atender a todos de acordo com suas necessidades. É a capacitação dos educadores que vai auxiliar o processo de aprendizagem através de metodologias e estratégias de ensino que sejam adequadas à educação especial e inclusiva.

Receber os estudantes com deficiência nas escolas regulares é um avanço, e mais que isso, é uma oportunidade de conviver com o novo, o diferente, pessoas que dentro de suas limitações, precisam aprender, mas tem muito a oferecer e para isso são necessários investimentos, capacitações, adequações e conscientização para que sejam amenizadas as barreiras do preconceito. Houve época em que, o número de alunos com deficiência matriculados na rede pública, superou o dos que estudavam em escolas especiais (Mineto, 2010). Mas ainda existem instituições que carecem de infraestrutura adequada, e mais que adequação em estrutura física é necessário o investimento em profissionais que possam atender com qualidade a essa parcela da população.

Tanto o governo federal como os estaduais e municipais precisam investir em transportes, em comunicação, no treinamento e na contratação de intérpretes de libras e na compra de materiais para os alunos na retirada de barreiras arquitetônicas. E, acima de tudo, os professores precisam de boa formação para que o preconceito diminua e crianças e jovens aprendam (Mantoan e Prieto, 2006).

O processo de educação inclusiva não acontece de forma isolada, realizada por apenas uma instituição. Para que ocorra e comece a mostrar resultados é necessário o envolvimento de governos e sociedade civil, famílias e escolas, todos lutando, para que as pessoas que têm

alguma deficiência tenha acesso a educação. Além disso, sejam tratadas com as mesmas oportunidades de aprender e progredir dentro de suas possibilidades. Para isso faz-se necessário que os educadores busquem boas formações que os capacite a compreender o processo inclusivo onde a pessoa com deficiência seja visto como capaz de aprender, a ser e conviver.

Bases Legais para a Inclusão do aluno com Deficiência na Educação no Brasil

O ano de 1988 é crucial para realmente alcançar a inclusão. Todos os procedimentos escolares já foram iniciados, e a constituição prevê igualdade de oportunidades, com atendimento especial, preferencialmente na rede regular. No início da década de 1990, procurou-se conscientizar as famílias sobre o cuidado e o papel que deveriam desempenhar na educação de crianças e jovens com necessidades especiais.

Em 1996, foi promulgada a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. 9394/96 (Brasil, 1996) propõe em seu quinto capítulo um novo padrão de ensino para alunos com necessidades especiais, a fim de garantir que tenham oportunidades de ingresso, preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, prestar atendimento especializado na escola regular. De acordo com o documento, caso o aluno não consiga se integrar à sociedade devido à particularidade das turmas da rede regular de ensino, o atendimento educacional será prestado em sala de aula, escola ou atendimento especial.

Decreto nº 3.298 / 1999 sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência - Lei nº 7.853 / 1999 sobre Educação, que prevê a escolaridade obrigatória das pessoas com deficiência e a possibilidade de adesão à rede formal de pessoas com deficiência. Lecionar em cursos regulares em instituições públicas ou privadas, tratando a educação especial como forma de escola que perpassa outros níveis de ensino, promovendo o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência, sendo obrigatórias e gratuitas em locais públicos (Brasil, 1999).

Em 2001, a Conferência Internacional “Sociedade Inclusiva” aprovou a “Declaração Inclusiva Internacional de Montreal”, que destacou que a igualdade de acesso a todas as áreas da vida e apontou que este é um pré-requisito para os direitos humanos. As liberdades universais e fundamentais das pessoas reconhecem a necessidade. Fornece garantias adicionais de acesso para certos grupos, e todos os setores da sociedade - governo, empregadores, trabalhadores e comunidades - são responsáveis por promover e planejar políticas e práticas inclusivas que beneficiem a todos (Brasil, 2001).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), apontou os avanços desses movimentos aqui mencionados, enfatizou as mudanças estruturais na educação formal e tornou as escolas verdadeiramente inclusivas e democráticas. Esse documento garante a prestação de serviços educacionais especiais e aponta as condições para o alcance de uma educação de qualidade.

O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE proposto ao país em 2007 e o Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 estipulou o “Plano de Compromisso de Todas as Metas Educacionais” implementado pela União Federal. Por meio de programas e ações de assistência técnica e financeira, com a participação de municípios, distritos federais e estados, famílias e comunidades, o objetivo é mobilizar a sociedade para a melhoria da qualidade da educação básica (Brasil, 2007).

Ressalta-se que em 2008, a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” apresentou algumas recomendações para garantir a integração escolar de alunos com deficiência, como portadores de altas habilidades/superdotados, visando acompanhar o avanço do conhecimento e da luta social. Uma política pública na promoção da educação de qualidade para todos (Brasil, 2008).

Assinada em Nova York em 2007, uma das metas da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência - CDPD promulgada pelo Decreto nº 6.949 / 2009 no Brasil é não excluir as pessoas com deficiência do sistema de ensino. Em geral, por suas características, além de fortalecer o respeito aos direitos humanos e à diversidade, também é propício ao desenvolvimento do potencial humano, do senso de dignidade e da autoestima com base na igualdade de oportunidades (Brasil, 2009).

A Resolução da Comissão Nacional de Educação / Câmara de Comércio de Educação Básica 04/2009 formulou o “Guia Operacional da Assistência à Educação Especial para a Educação Básica no Modelo de Educação Especial”, e propôs a assistência à educação especial (AEE) como parte indispensável da educação especial para determinar recursos de ensino e eliminar as barreiras que impedem os alunos com deficiência se desenvolver e aprender (Brasil, 2009).

A última Lei PNE nº 13005 de 25 de junho de 2014 tem suas metas e objetivos para o período de 2011 a 2020. Seu objetivo principal é universalizar a educação infantil de quatro a cinco anos. Dentre outras estratégias, prioriza-se o AEE. Em sua Meta 4, define que para pessoas de 4 a 17 anos, o acesso ao AEE deve ser preferencialmente na rede regular de ensino

para garantir uma sala de recursos multifuncional ou atendimento profissional, seja ele público ou contratual (Brasil 2014).

Por fim, em 2015, de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, foi aprovado o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, que promulgou a “Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência” para garantir e promover a igualdade de condições e oportunidades para o exercício de direitos das pessoas com deficiência, visando a inclusão social e a cidadania (Brasil, 2015).

Nesse sentido, levando em consideração a igualdade de direitos de cada cidadão nos mais diversos países e as legislações internacionais, os avanços alcançados são importantes e essenciais. Porém, a legislação por si só não é suficiente para permitir a integração escolar e o desenvolvimento dos alunos. Carvalho (2009) esclareceu que os principais valores que norteiam os princípios da educação inclusiva são baseados na diversidade e na igualdade, diante das sugestões para a construção de uma sociedade justa e democrática, e no conceito de educação de qualidade para todos. Nesse caso, desde que as necessidades dos alunos sejam respeitadas e atendidas.

Em relação ao conceito de educação inclusiva, Carneiro (2012) apontou que ele tem se fortalecido no sentido de que as escolas devem estar abertas à diversidade, acolhê-la e respeitá-la. Trate-o como um elemento básico na composição da sociedade Democracia e justiça. A premissa desse conceito é que a escola deve tentar se reorganizar de forma a atender a todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência, e cumprir seus papéis sociais.

Diante disso, cabe destacar que a educação inclusiva é entendida como uma recomendação em que todos devem ser valorizados por suas habilidades e características pessoais, o que trouxe a necessidade de reformas na estrutura escolar para garantir o acesso dos alunos à escola. Persistência e desenvolvimento, bem como a mudança de perspectivas dos educadores.

Inclusão e o contexto escolar na Educação Infantil

Em 2010, foi instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), que norteou a prática docente nessa área com base nos três princípios necessários à cooperação com as crianças na situação atual: responsabilidade, unidade e respeito aos interesses, meio ambiente e diferentes culturas, identidades e particularidades; (II) Políticos: relacionados à cidadania, exercício da crítica e respeito à ordem democrática; (III) Estética:

refere-se à sensibilidade e criatividade nas diferentes formas de expressão artística e cultural, Lúdico e liberdade de expressão.

As sugestões educacionais para a educação infantil devem ter o direito de brincar, conviver e interagir com outras crianças como um de seus objetivos, ter como princípio norteador o brincar e a interação, tratar as crianças como sujeitos históricos e usufruir dos seguintes direitos: pela mesma experiência Interação, relacionamento e prática cotidiana, “estabeleceram suas identidades pessoais e coletivas, agindo, imaginando, fantasiando, desejando, aprendendo, observando, vivenciando, narrando, questionando e estabelecendo questões sobre a natureza e a sociedade, gerando cultura” (Brasil, 2010, p. 12).

Em 2013, a especificidade da Educação Infantil foi reafirmada pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, reiterou a particularidade da educação infantil. Neste guia, as escolas e todos os profissionais relevantes devem acolher apoiar e respeitar a criança como sujeito desse processo educacional, independentemente de seu estado físico ou sensorial, psicologia, linguagem, raça, socioeconômico, ancestralidade, religião, etc. são estimulados durante os jogos escolares (Brasil, 2013).

Por ser a Educação Infantil um espaço para começar uma vida diversificada, o Ministério da Educação emitiu em 2000 o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Diretrizes para Crianças com Necessidades Educativas Especiais”, a partir da primeira fase da educação básica é preciso planejar a prática docente que promova o processo de ensino e aprendizagem de todas as crianças, vincule cuidado e educação, respeitando a diversidade e a particularidade das crianças (Brasil, 2000).

No cotidiano de uma escola infantil, é necessário levar em consideração a particularidade das crianças dessa idade e proporcionar aos professores uma formação adequada para garantir a igualdade de oportunidades, igualdade de condições e a aceitação da particularidade das crianças. O professor deverá fazer um diagnóstico prévio das necessidades e potencialidades das crianças, de forma a proporcionar o atendimento pessoal e social da mesma fazendo contribuições positivas para a educação escolar. E a escola, deverá adequar seus currículos e métodos, mobilizar outras classes sociais para atender à situação especial das crianças e buscar a formação continuada, tarefa que é compartilhada com todos os gestores da escola, corpo docente, família e serviços de apoio, como Carvalho (2009) quando afirma que é necessário remover as barreiras para uma educação inclusiva eficaz.

As crianças sentem necessidade de aprender, enfatiza-se aqui que não é porque uma pessoa tem necessidades especiais que ela não possa aprender. Para fazer progredir a aprendizagem é preciso a conexão afetiva entre as crianças e os profissionais da educação, esta conexão afetiva permite que as crianças desenvolvam e absorvam melhor o conhecimento de forma prazerosa, sendo a integração entre as escolas muito importante. E a família, porque pode ajudar na aprendizagem dos seus filhos e contribuir para a sua aprendizagem.

A educação é um processo de aprendizagem e aprimoramento, por meio do qual as pessoas podem se preparar para a vida. Por meio da educação, o desenvolvimento global da humanidade foi realizado. Desta forma, todos podem receber o conhecimento adquirido por outros e se esforçar para adquirir novos conhecimentos. Portanto, é óbvio que a importância da educação na vida de todas as pessoas os torna mais preparados para a convivência e a convivência (Minetto, 2010).

Para que todas as crianças aprendam de forma eficaz, os professores devem organizar o conteúdo para atender a todas as necessidades dos alunos e estimular a motivação dos alunos para seguir em frente. Para que as crianças aprendam, é preciso ser acolhido por profissionais da educação. Para crianças com necessidades educacionais especiais, para participar com sucesso do programa em creches e pré-escolas, os professores precisam estar comprometidos com a interação, acolher e ouvir essas crianças, estar interessados em entender suas necessidades e desejos e ser capazes de explicar suas expressões formais, comunicar, normalmente, igual as outras crianças da mesma idade. E, o mais importante, os professores devem querer ajudar as crianças a crescer e compreender o mundo (Bruno 2006).

Quando se trata de objetivos internos (como atender às necessidades orgânicas ou sociais, curiosidade e desejo de conhecimento), a motivação é interna. Este é externo, quando o comportamento da criança é estimulado pelo mundo exterior, como as exigências da escola, as expectativas dos benefícios sociais que a aprendizagem pode trazer e o estímulo da família, professores ou outros colegas (Libâneo, 1994)

Um dos maiores desafios da inclusão é adaptar-se ao ambiente escolar para acolher crianças com necessidades especiais e respeitar as suas necessidades de acordo com o seu tempo, isso depende não só do educador / escola, mas também do apoio da família, da sociedade e do poder público.

De acordo com Mittler (2003), “inclusão” não significa colocar as crianças nas escolas regulares, mas sim mudar a escola para torná-las mais sensíveis às necessidades de todas as

crianças. Trata-se de ajudar todos os professores a assumir as responsabilidades de aprendizagem de todas as crianças atualmente e ou que sejam excluídas da escola por qualquer motivo. Isso se refere a todas as crianças que não se beneficiaram da escola, não apenas aquelas marcadas com “necessidades educacionais especiais”.

Os professores devem ouvir o que os alunos devem relatar, porque eles são a base para o aprendizado deles e de outros colegas. Esses educadores precisam ser inclusivos, ter uma boa formação acadêmica e continuar se adaptando e melhorando seu nível de aprendizagem, independentemente de receberem educação continuada ou cursos.

Pode-se dizer que aprender é um processo de mudança e vivência que envolve cognição, emoção e cultura. No processo de aprendizagem, é necessário inserir a construção do conhecimento e do pensamento próprio, a existência da criação, o estabelecimento da personalidade e a aprendizagem de lidar com coisas desconhecidas. A aprendizagem em si não é desenvolvimento, mas a organização correta da aprendizagem das crianças levará ao desenvolvimento intelectual e ativará todo o processo de desenvolvimento, e essa ativação não pode ocorrer na aprendizagem. Portanto, a aprendizagem é um momento inerentemente necessário e universal para o desenvolvimento das crianças (Vigotski, 2010).

Inclusão se refere a ensinar e aprender juntos em sala de aula. Como essas crianças que precisam de educação especial têm a oportunidade de se preparar para a vida social e comunitária, os profissionais da educação podem ajudar esses alunos a melhorar suas habilidades, superar desafios e resolver os problemas que enfrentam todos os dias.

Conforme Mazzotta, (2001) a defesa dos direitos civis e do direito à educação das pessoas com deficiência é a atitude recente da nossa sociedade. Desde meados deste século, tem sido demonstrado por indivíduos ou grupos, por meio de medidas isoladas, que a conquista e o reconhecimento de certos direitos das pessoas com deficiência podem ser considerados parte da política social.

Os educadores precisam de várias formas de trabalhar em sala de aula para que todos os alunos possam adquirir conhecimentos, é necessário disponibilizar materiais diversos porque as nossas salas de aula não são uniformes, mas são muito diversas. Por tudo isso, podemos falar em educação de qualidade, pois o autor Libâneo (1994) também destacou que a educação de qualidade significa que a escola promove todas as áreas do conhecimento e por meio dela o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais, o que é fundamental para atender a essa exigência importante. As necessidades pessoais e sociais dos alunos, bem como a

composição da sua inserção no mundo e na cidadania, são também forças de participação para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária

O princípio de inclusão deve embasar o currículo de cada ambiente escolar, pois é através deste que são combatidas quaisquer práticas de discriminação, marginalização, segregação e exclusão das pessoas. Requerendo a mudança de uma cultura escolar pouco acolhedora a todos os alunos, em especial àqueles que apresentam maiores dificuldades, em prol de uma cultura de receptividade. A inclusão propõe, ainda, que a escola não deixe nenhum aluno para trás, comungando com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2003)

Atualmente, não é possível ignorar a diversidade da população escolar, esta diversidade decorre de diferentes interesses, experiências, estilos cognitivos, estilos de aprendizagem, etc. Esses fatores se entrelaçam no ambiente escolar e devem ser intervenções individualizadas e adequadas. As escolas hoje enfrentam uma grande heterogeneidade social e cultural. Essa realidade significa outra concepção de organização escolar, que transcende um caminho unificado e tem consciência das diferenças e, portanto, considera a diversidade um aspecto enriquecedor da própria comunidade.

Considerações Finais

As escolas inclusivas na educação infantil vão além das práticas sociais que buscam incluir as crianças nas atividades. Entende-se que todos os profissionais da escola, famílias e equipes multidisciplinares devem atuar em conjunto para a necessária adaptação às crianças, além de compromisso político e ações de reforma do próprio sistema educacional, além de capacitações preliminares e contínuas e recursos viáveis e Infraestrutura para atender às necessidades das crianças em termos de inserção, participação, desenvolvimento e aprendizagem.

É necessário estabelecer uma estrutura na escola para respeitar e vivenciar os direitos descritos no documento. É fundamental aumentar o número de crianças matriculadas, dar acesso a todos e proporcionar educação permanente de qualidade, mas também aumentar o número de profissionais qualificados atuando nas escolas, investimento financeiro em infraestrutura adequada, recursos adequados e plano de curso para que essas políticas possam ser realmente implementadas.

Para que os professores planejem e organizem as práticas pedagógicas inclusivas, é necessário discutir as inúmeras dificuldades que nossa escola brasileira apresenta na realidade

escolar em sua formação inicial e contínua, e sensibilizá-los para enfrentar as dificuldades e desafios em promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos. Desde a organização e planejamento de sua prática, os professores devem levar em consideração suas competências e habilidades docentes, e fazer os ajustes e ajustes necessários às atividades de ensino para que todos os alunos possam ser considerados.

Na perspectiva de implantar, organizar e implementar práticas pedagógicas inclusivas, a educação infantil é uma construção contínua, e sua implementação é vital para a aprendizagem e o desenvolvimento de todas as crianças, sendo necessário transformá-la em uma creche. Um espaço inclusivo, suficiente e favorável para o sujeito, suas formas pessoais e sociais de desenvolver e construir conhecimentos.

Para que os alunos alcancem bons resultados, os profissionais da educação devem usar vários métodos e materiais em sala de aula. Escolas e famílias precisam se reunir e pedir aos pais que participem das reuniões escolares para encontrar maneiras de melhorar o aprendizado de seus filhos. Uma criança amada por sua família em casa aprende melhor do que aquela que foi rejeitada e abusada em casa. É por isso que as emoções e emoções são tão importantes na vida humana. Quero perguntar aqui, não só as emoções entre a família e os filhos, mas também as emoções entre os educadores são vitais para a vida dos alunos.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEB, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil:** saberes e práticas da inclusão. Introdução. 4 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CARVALHO, C.A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, 21 (1): 65-74, 2009

CARNEIRO, R. E. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GIL, Antonio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisas. Antonio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

ITARD, J. Relatórios de Itard. In: BANKS-LEITE, L; GALVÃO, I. **A educação de um selvagem.** São Paulo: Cortez, 2000 p. 123-179

LIBÂNEO, J. C. **O processo de ensino na escola.** São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér e PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** . São Paulo: Summus. . Acesso em: 09 nov. 2025. , 2006

MARTINEZ, A.M. **Possibilidades de Aprendizagem.** Ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MARTINS, Ernesto. **Analisando o pensamento e a ação de Edouard Séguin:** contributos à educação especial. Castelo Branco: IPCB-ESSE, 2018, p. 1-61.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINETO, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Editora: Artmed, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, M.M. do. **Inclusão Social, primeiros Passos**. Arujá, SP: Gira cor; 2009.

SACRISTAN, José Gimeno. Construção do Discurso sobre a Diversidade e Suas Práticas. In: ALCUDIA ET AL. **Atenção à Diversidade**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

SANTOS, D. C.; VOLTARELLI, P. A.; SANTOS, D. A. N. A importância da escola inclusiva para o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. **Colloquium Humanarum**, v. 13, n. esp., jul./dez. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SIMON, J. **A Integração escolar das Crianças Deficientes**. Rio Tinto: Edições Asa, 1991.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

VIGOTSKI, Lev. S. **Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar**. In: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Vigostky, L. Luria, A. Leontiev, A.N. 11^a. Edição. São Paulo: Ícone, 2010, p. 103-116.

●

Recebido: 14/10/2025; Aceito 06/11/2025; Publicado em: 30/12/2025.